



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
(Decreto nº 1.306/2011)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA
FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC06 - Assistência em Elaboração e Coordenação de
Licitações

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não rasga-lo) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique que o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Terminado o teste objetivo, caso tenha trazido currículo, deverá se encaminhar ao local reservado para efetuar a entrega do currículo.
- 7º Após a entrega do currículo, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros. **Solicitamos sua compreensão e colaboração.**

BOA SORTE!!!

Servidor:	
Matrícula	Função Pleiteada:

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			

1) Os tipos de licitação melhor técnica e técnica e preço devem ser utilizados quando:

- a) O valor da contratação for superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).
- b) Os serviços apresentarem natureza predominantemente intelectual.
- c) A licitação for internacional.
- d) For adotada a modalidade tomada de preços.
- e) Houver comprometimento da segurança nacional.

2) O Pregão, fundamentado na Lei n.º 10.520/02,

- a) é modalidade de licitação pública em que o recurso administrativo, seja contra a classificação da proposta ou lance vencedor, seja contra a habilitação do primeiro colocado, não tem efeito suspensivo.
- b) deve ser presidido por uma Comissão de Licitação formada por 3 Pregoeiros.
- c) pode ser utilizado para contratação de serviços singulares, desde que os participantes tenham notória especialidade em seu ramo de atuação.
- d) somente pode ser aplicado para contratações públicas com no máximo 12 (doze) meses de duração.
- e) quando não acudirem interessados à licitação, a critério da Administração.

3) O pregão não se aplica às contratações de:

- a) serviços de copeiragem.
- b) serviços de apoio administrativo.
- c) serviços de assistência médica.
- d) locações imobiliárias.
- e) serviços de eventos.

4) O pregão, previsto na Lei nº 10.520/2002,

- a) não poderá ser adotado para a aquisição de bens e serviços comuns.
- b) corresponde à modalidade de licitação em que a disputa não poderá ser feita por meio de propostas e lances em sessão pública.
- c) poderá ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia de informação, nos termos de regulamentação específica.
- d) corresponde à modalidade de licitação destinada apenas à União Federal.
- e) trata de modalidade licitatória em que não são aplicáveis, subsidiariamente, as normas da Lei no 8.666/1993, dada a especificidade da disciplina legal que lhe é aplicável

5) No que concerne ao pregão, é INCORRETO afirmar:

- a) Admite, como uma de suas modalidades, o pregão eletrônico, que se processa, em ambiente virtual, por meio da internet.
- b) Destina-se à aquisição de bens e serviços comuns.
- c) Os lances ocorrem em sessão pública no pregão denominado presencial.
- d) Poderá dar-se no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- e) Existe, em regra, limitação de valor para a contratação.

6) Acerca das regras que tratam das licitações e contratos da Administração Pública, previstas na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que:

- a) os contratos celebrados entre o particular e a Administração Pública somente podem ser alterados mediante acordo entre as partes.
- b) o regime jurídico dos contratos administrativos não confere à Administração a prerrogativa de fiscalizar-lhes a execução.
- c) o contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

- d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado não constituem motivos para a rescisão do contrato administrativo.
- e) o contratado não é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7) O Município de Londrina pretende realizar certame licitatório para a contratação de obras e serviços de engenharia, no valor de um milhão de reais. Nesse caso,

- a) a modalidade de licitação cabível é a tomada de preços, mas a Administração Pública também poderá valer-se da concorrência, consoante previsto na Lei no 8.666/1993.
- b) deve obrigatoriamente ser realizada licitação na modalidade concorrência, por ser a única modalidade possível.
- c) modalidade de licitação cabível é o convite, mas a Administração Pública também poderá valer-se da tomada de preços, consoante previsto na Lei no 8.666/1993.
- d) deve obrigatoriamente ser realizada licitação na modalidade tomada de preços, por ser a única modalidade possível.
- e) a única modalidade de licitação cabível, em virtude do objeto e valor, é o convite.

8) De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, a licitação poderá ser dispensada:

- a) Para a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades específicas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha.
- b) Para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- c) Na contratação de serviços de publicidade, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.
- d) Nas concessões de serviços públicos.
- e) Na modalidade cotação de preços.

9) Segundo a Lei nº 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado, dentre outras sanções administrativas, a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até:

- a) quatro anos.
- b) cinco anos.
- c) dois anos.
- d) dez anos.
- e) três anos.

10) A Comissão de Licitação de um órgão público municipal, num procedimento licitatório, decidiu por inabilitar determinada licitante que havia descumprido norma editalícia pertinente à comprovação de sua habilitação jurídica para execução do objeto contratual. A decisão da Comissão de Licitação pauta-se no princípio setorial das licitações conhecido por:

- a) in dubio pro reu.
- b) padronização.
- c) vinculação ao instrumento convocatório.
- d) lealdade processual.
- e) instrumentalidade das formas.

11) A critério da autoridade competente, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, exceto:

- a) caução em dinheiro.
- b) seguro-garantia.

- c) título da dívida ativa.
- d) fiança bancária.
- e) títulos da dívida pública.

12) No que concerne aos princípios das licitações, é correto afirmar:

- a) O desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório não torna inválido o procedimento licitatório.
- b) Apenas o licitante lesado tem direito público subjetivo de impugnar judicialmente procedimento licitatório que não observou ditames legais.
- c) A licitação não será sigilosa, sendo públicos todos os atos de seu procedimento, como por exemplo, o conteúdo das propostas, inclusive quando ainda não abertas.
- d) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas.
- e) nda.

13) Em sendo detectada irregularidade no edital de licitação, a impugnação:

- a) É proporcionada apenas aos licitantes devidamente habilitados.
- b) Só poderá ser apresentada ao final de todo o procedimento licitatório, em razão do princípio da continuidade do procedimento licitatório.
- c) Pode ser apresentada por cidadão, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a administração julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.
- d) Em hipótese alguma poderá ser apresentada na modalidade concorrência.
- e) Pode ser apresentada por cidadão, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis posteriores à data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo analisar a administração, de modo discricionário, acerca da necessidade de apresentar resposta.

14) Com relação ao que dispõe o artigo 5º da Constituição da República, assinale a alternativa incorreta:

- a) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- b) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- c) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- d) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- e) nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

15) O art. 37, §1º, da Constituição estabelece que as obras e serviços públicos serão atribuídos aos órgãos e entidades e não aos agentes públicos que determinaram sua realização. Assinale a alternativa que indica o princípio aplicável para esta hipótese:

- a) publicidade;
- b) impessoalidade;
- c) eficiência;
- d) razoabilidade;
- e) motivação.

16) Complete a lacuna: Os atos de improbidade administrativa são praticados por qualquer agente público contra a administração

- a) direta
- b) indireta
- c) direta ou indireta
- d) autárquica

e) do erário municipal

17) Complete a lacuna: é modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

- a) exploração.
- b) cotação.
- c) pesquisa de mercado.
- d) convite.
- e) pregão.

18) Os atos de improbidade administrativa não importarão:

- a) a perda da função pública;
- b) a cassação de direitos políticos;
- c) a indisponibilidade dos bens;
- d) o ressarcimento ao erário;
- e) nda.

19) De acordo com a Lei nº 4.320/64, NÃO é correto afirmar:

- a) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- b) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- c) Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- d) Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- e) A liquidação da despesa consiste no superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

20) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, NÃO é correto afirmar:

- a) Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ou vierem a pertencer ao Município.
- b) A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, obedecerá as normas gerais de licitação, instituídas por lei federal.
- c) A aquisição de bens imóveis pelo Município, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.
- d) O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização conforme o caso e quando houver interesse público devidamente justificado, observada a legislação pertinente.
- e) A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título vitalício por decreto precedido de licitação e, em se tratando de bens imóveis, a permissão somente será concedida mediante autorização legislativa, ficando esta dispensada quando se tratar de áreas públicas de dimensões iguais ou inferiores a 40,00 m² (quarenta metros quadrados).

21) De acordo com a Lei Complementar 123/2006 NÃO é correto afirmar:

- a) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- b) Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

- c) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- d) O tratamento diferenciado e favorecido, no tocante à habilitação, somente alcança a regularidade fiscal, no sentido de cumprimento das obrigações fisco/tributárias decorrentes da condição de contribuinte.
- e) Qualquer restrição de habilitação da microempresa pode ser corrigida em qualquer tempo.

22) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do certame licitatório será:

- a) quarenta e cinco dias para concurso e concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";
- b) trinta dias para: concorrência, do tipo menor preço;
- c) quinze dias para a tomada de preços, do tipo menor preço;
- d) oito dias úteis para pregão;
- e) dois dias úteis para convite.

23) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93 cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, EXCETO no caso de:

- a) habilitação do licitante;
- b) inabilitação do licitante;
- c) julgamento das propostas;
- d) aplicação da pena de advertência, apenas. Quanto à aplicação das penalidades de suspensão temporária ou de multa, o prazo é de 10 (dez) dias;
- e) anulação ou revogação da licitação.

24) De acordo com a Lei de Licitações NÃO constitui motivo para rescisão do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

25) No transcorrer do procedimento licitatório, todos os concorrentes foram declarados inabilitados. Diante desta situação, o órgão responsável pelo certame poderá

- a) fixar aos licitantes o prazo de 8 dias úteis para a apresentação de nova documentação escoimada das causas que deram margem à inabilitação.
- b) declarar inexigível a licitação e contratar diretamente com o interessado que apresentou melhor técnica e preço.
- c) dispensar a licitação e adjudicar seu objeto ao concorrente que ofereceu o menor preço.
- d) anular o procedimento licitatório e realizar outro, desde que mantidas todas as condições preestabelecidas.
- e) revogar a licitação em curso e contratar diretamente com o concorrente que propôs o menor preço.